



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2023 V2 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CIS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2023 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CIS

1- OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de projetores para uso em eventos no salão nobre, eventos externos, treinamentos de maior porte e exibição de informações nas eleições.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**ITEM 1****DESCRIÇÃO:** PROJETOR MULTIMÍDIA 3LCD COM ILUMINAÇÃO POR LASER**QUANTIDADE:** 03**UNIDADE:** UN**CATMAT:** 217448**ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**

- 2.1 - Informar MARCA e MODELO para conferência das especificações.
- 2.2 - Projetor Multimídia com tecnologia 3LCD ou DLP
- 2.3 - Iluminação por Laser;
- 2.4 - Resolução nativa: FullHD (1920x1080);
- 2.5 - Tipos de montagem: Frontal, traseira ou teto;
- 2.6 - Potência luminosa: 4500 lumens;
- 2.7 - Relação de aspecto: 16:9 ou 16:10;
- 2.8 - Relação de contraste: 2.500.000:1;
- 2.9 - Tensão nominal: 100V a 240V - AC 60Hz, com fonte de alimentação interna.
- 2.10 - Zoom óptico: 1,6x;
- 2.11 - Controle remoto sem fio;
- 2.12 - Correção de distorção trapezoidal;
- 2.13 - Foco manual;

- 2.14 - Tamanho de projeção: 50 a 250 polegadas ou faixa mais ampla;
- 2.15 - Conexões nativas (não permitido o uso de adaptadores):
 - 2.15.1 - HDMI;
 - 2.15.2 - RJ-45;
 - 2.15.3 - USB;
- 2.16 - Características adicionais:
 - 2.16.1 - Projeção pela rede cabeada (permitido o uso de adaptadores, desde que esteja incluso);
 - 2.16.2 - Inversão de imagem horizontal e vertical;
 - 2.16.3 - Possibilidade de controle por IP;
- 2.17 - Uma lâmpada adicional (além da que já deve estar instalada no projetor).
- 2.18 - Garantia: 12 meses, nos termos do Código de defesa do Consumidor.

LEGENDA DAS UNIDADES UTILIZADAS:

UN – UNIDADE

3. FUNDAMENTAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1- DA MOTIVAÇÃO:

Trata-se de necessidade de aquisição de projetores de alta qualidade para suprir demandas de apresentações em eventos internos, externos, treinamentos e palestras. Atualmente o Tribunal conta com um único projetor de alta qualidade, fixado no teto do Salão do Pleno, que tem mais de 07 anos de uso. Na falha daquele equipamento não há nenhum outro que possua qualidade similar. Em geral, os equipamentos deste tipo adquiridos são para suprir demandas de projeção para pequenos grupos e em ambientes com pouca luminosidade. Ocorre que existem situações onde há necessidade de equipamentos mais robustos, com recursos mais avançados e capazes de efetuar projeção em ambiente onde não há a possibilidade de reduzir-se a iluminação. Na própria Sede, existem ambiente como o Salão Nobre, onde há dificuldade de reduzir-se a iluminação externa. Outra questão está associada a eventos externos, como, por exemplo, encontros de presidentes, escolas judiciárias, etc, organizados no Estado. Hoje, havendo um evento deste porte, é necessário retirar o projetor fixado no teto do Salão Pleno, correndo o risco de danificá-lo.

3.2- DO OBJETIVO:

O objetivo da contratação é possibilitar a realização de projeção em eventos do TRE com qualidade, mesmo em ambientes com alta iluminação.

3.3. REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES:

A fundamentação e os quantitativos a contratar encontram-se pormenorizados nos estudos técnicos preliminares, que embasaram a elaboração deste Termo de Referência.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 LOCAL DE ENTREGA:

O local de entrega será na Seção de Almoxarifado e Patrimônio deste Tribunal, localizado no seu edifício-sede, situado à Rua João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória, ES, no horário das 13h às 18h, de segunda à sexta-feira, sem que isso implique em acréscimo no preço constante da Ata da Sessão Pública. A entrega poderá ser agendada pelo fone (27) 21218643 ou 21218634.

4.2. PRAZO DE ENTREGA:

Entregar o material no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato;

Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-lo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento, pelo contratado, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável ao contratado.

4.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:

Recebimento Provisório: No ato da entrega os materiais serão recebidos provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

Recebimento Definitivo: Para o recebimento definitivo, será avaliado se os materiais estão em conformidade com todos os requisitos definidos no Edital/Termo de Referência;

O recebimento definitivo dar-se-á em um prazo máximo de **5 dias úteis** após o recebimento provisório, com o atesto do documento fiscal.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos;

Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.

4.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Fornecer e entregar o produto conforme as especificações contidas neste Termo de Referência;

Assinar o instrumento contratual/Retirar ou receber a Nota de Empenho, no prazo de 3 (três) dias úteis;

Entregar o mesmo pelo preço final previsto na Ata da Sessão Pública/Proposta;

Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento, no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência;

Retirar, no ato da substituição do objeto que esteja em desacordo com as especificações, ou em até 05 (cinco) dias úteis da ocorrência da mesma, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, os materiais que porventura tenham sido substituídos, por estarem em desacordo com as especificações;

Substituir, em até **05 (cinco) dias úteis**, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;

Providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

Em se tratando de produto estrangeiro ou produto com tecnologia importada, deverá vir acompanhado de manual cujas especificações mínimas deverão estar traduzidas em língua portuguesa;

Assumir inteira responsabilidade pela entrega que efetuar, observando os prazos e as especificações constantes do Edital/Termo de Referência, bem como da respectiva proposta, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor quanto às condições dos materiais entregues e sua validade;

Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional. Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional.

5. MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

Devem ser respeitados os prazos de entrega previstos no subitem 4.2;

Devem atender completamente as especificações técnicas deste Termo de Referência;

5.2. INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS MÍNIMOS DE TESTE E INSPEÇÃO:

Não existem procedimentos mínimos de teste e inspeção. Devem ser seguidos somente os critérios do subitem 4.3, referente aos procedimentos para recebimento provisório e definitivo.

5.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.3.1. O descumprimento do prazo para a retirada da Nota de Empenho (ou a recusa em aceitá-la), ou para a assinatura do contrato, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total adjudicado e no impedimento de contratar com a UNIÃO pelo período de até 3(três) anos;

5.3.2. Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência, o contratado que descumprir as obrigações nele estipuladas, ficará sujeito às sanções estabelecidas; nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 e, ainda, às seguintes penalidades:

| Descumprimento | Percentual de multa diária | Limite de dias | Percentual total da multa | Valor de incidência da multa |
|---|----------------------------|----------------|---------------------------|------------------------------|
| a) Atraso de entrega | 0,5% | 20 | 10% | Objeto em atraso |
| b) Atraso na substituição | 0,5% | 20 | 10% | Objeto em atraso |
| c) Prazo excepcional de entrega ou substituição | 0,5% | 20 | 10% | Objeto em atraso |
| d) Inexecução total ou parcial | ---- | | 30% | Objeto inexecutado |
| e) Qualquer outra obrigação (por ocorrência) | ---- | | 0,5% | Total do contrato |
| | | | | |

5.3.3. O atraso superior a 20 (vinte) dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação.

5.3.4. Excepcionalmente, após esse prazo, e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o material poderá ser recebido, em uma única ocorrência (na entrega ou na substituição), no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se o contratado à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).

5.3.5. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

5.3.6. A aplicação das multas previstas não exime o contratado de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

5.3.7. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao adjudicatário ou cobrados judicialmente.

5.3.8. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no CEIS.

5.3.9. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicado/contratado, na forma da Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

5.3.10. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.3. inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto adjudicado, não havendo necessidade de apresentação de

pedido de prorrogação de prazo pelo contratado, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do material.

5.3.11. A contagem do prazo estabelecido no subitem 5.3.4. inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido no subitem 5.3.2, alíneas “a” e “b”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

5.3.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida.

II - As peculiaridades do caso concreto.

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.3.13. Da aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento do processo.

5.3.14. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

5.3.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6. PAGAMENTO

6.1. PRAZO DE PAGAMENTO:

O Contratante pagará à Contratada o valor correspondente à contratação, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o **5º dia útil** subsequente ao recebimento definitivo do material, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica prevista no art. 141 da Lei nº 14.133/21.

6.2. CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO:

6.2.1. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo fiscal do contrato e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

6.2.2. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF n.º 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

6.2.3 A declaração de que trata o item anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

6.2.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere as retenções tributárias.

6.2.5. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

7.1.1 O objeto da contratação será adjudicado à empresa que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM.**

7.2. MARGEM DE PREFERÊNCIA:

Não se aplica a atual contratação.

8. PREÇO ESTIMADO

| ITEM | VALOR UN. (R\$) | QUANT | VALOR TOTAL (R\$) |
|-------------|------------------------|--------------|--------------------------|
| 01 | 23.583,84 | 03 | 70.751,52 |

9. DAS VEDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

9.1 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.2 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação/contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.2.1 O impedimento de que trata o item 9.2 será também aplicado ao contratante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do contratante.

9.3 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | |
|----------------------|---|
| SITUAÇÃO | HÁ DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA |
| PROGRAMA DE TRABALHO | 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo |
| PLANO ORÇAMENTÁRIO | 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa |
| NATUREZA DA DESPESA | 449052 – Equipamentos e Material Permanente |
| SUBITEM DA DESPESA | 33 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto |
| PLANO INTERNO | INV PERMAN |
| VALOR CONSIDERADO | R\$ 70.751,52 (conforme despacho Secom 1012775) |

11. DA LEI Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

11.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal, repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

11.2. Para fins de execução do objeto contratado e de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o Contratante poderá proceder ao tratamento dos dados pessoais dos representantes legais da Contratada, inclusive para publicação nos portais de Transparência do Contratante.

11.3. Para fins de execução do contrato NÃO HAVERÁ compartilhamento de dados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1. Ao encaminhar a proposta, o responsável pelo envio atesta estar ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas neste documento, bem como de que a proposta encaminhada vincula a empresa ao cumprimento de seus termos.

Em 23 de outubro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **SANDRO MERÇON DA SILVA, Coordenador(a)**, em 23/10/2023, às 10:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1043765** e o código CRC **9773F7E3**.

0004338-42.2023.6.08.8000

1043765v2